

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº /2023.

(Da Sra. Duda Salabert)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta para debater o aumento dos episódios de violência nas escolas por meio de ataques contra professores e alunos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III, e 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública conjunta entre esta Comissão, a Comissão de Educação, a Comissão de Saúde e a Comissão de Comunicação a fim de debater o aumento dos episódios de violência nas escolas por meio de ataques contra professores e alunos.

Informo que Requerimento semelhante já foi protocolado pelos Deputados Mário Heringer, Flávia Moraes, Dorinaldo Malafaia e Professora Goreth nas demais Comissões acima citadas.

Para tanto, requer sejam convidados:

- 1 Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo – Secretário de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- 2 Otávio Margonari Russo – Diretor da Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal;
- 3 Catarina de Almeida Santos – Profa. Dra. da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília;



- 4 Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt – Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação.
- 5 Dr. Rodrigo Affonseca Bressan – Professor da Escola Paulista de Medicina, organizador da obra “Saúde mental na escola – o que os educadores devem saber”.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa discutir, de forma conjunta e articulada, com os membros das Comissões de Educação e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a escalada violenta de ataques em escolas nos últimos meses, que tem vitimado alunos e professores em diferentes estados do Brasil.

As ações violentas têm reverberado discursos de ódio, principalmente, nas redes sociais, criando reações em cadeia que estimulam novos ataques. Em março, um estudante da rede pública do estado de São Paulo matou uma professora e feriu outros estudantes. Em sequência, um homem invadiu uma creche e matou quatro crianças, em Blumenau.

Os episódios violentos desencadearam ataques sequenciais, cite-se como exemplo Manaus, onde um estudante de 12 anos¹ esfaqueou alunos e professores; no Maranhão² houve tentativa de invasão a uma creche, enquanto em Belo Horizonte foram identificadas ameaças de massacre³, e em Goiás um estudante esfaqueou colegas e professores⁴.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem realizado o monitoramento de redes sociais de usuários que disseminam informações falsas, ameaças e incentivos a esse tipo de prática. Os governos estaduais têm atuado em conjunto para implementar medidas que buscam resgatar a escola

¹ <https://portaldeprefeitura.com.br/2023/04/10/urgente-menino-de-12-anos-entra-com-faca-em-colegio-de-manaus-e-fere-dois-alunos-e-uma-professora/>

² <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/04/homem-tenta-invadir-creche-em-igarape-do-meio/>

³ <https://www.otempo.com.br/cidades/dupla-e-presa-apos-video-que-ameacava-massacre-em-escola-de-mateus-leme-1.2847640>

⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/11/ataque-escola-go.htm>



como um ambiente de aprendizagem e segurança para crianças e adolescentes.

Entretanto, a ocorrência de novos casos evidencia que ainda é necessário debater estratégias de soluções multidisciplinares, estabelecendo diálogos em diferentes instâncias do governo e sociedade civil para ouvir especialistas e entender esses episódios como parte de um fenômeno sistêmico e complexo, agravado por discursos violentos, intolerância, flexibilização de acesso a armas e ineficiência da mediação das plataformas digitais.

O Sistema de Justiça Criminal também tem papel fundamental na orientação e prevenção da violência nas escolas, sobretudo quando os agressores são crianças e adolescentes e deverão ser acolhidos pelas instituições de ressocialização. Nesse aspecto, é vital a ação coordenada, sob o ponto de vista dos direitos humanos, que articule políticas públicas educacionais, de segurança pública, proteção da infância e adolescência e sistema de justiça.

Portanto, faz-se necessária a participação de representantes dos órgãos e instituições citadas neste requerimento.

Nesses termos, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação.

Sala da Comissão, em 12 de abril de 2023.

Deputada DUDA SALABERT
PDT/MG

